

EM LIQUIDAÇÃO

RELATÓRIO E CONTAS I 2016

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

20 MARÇO DE 2017



EM LIQUIDAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DA COMISSÃO LIQUIDATÁRIA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

EM LIQUIDAÇÃO

Av. Cidade Nova, 2 – 5150-566 Vila Nova de Foz Côa
Tel.: 279 760 400
E-mail: geral@fozcoainvest.pt

Contribuinte: 503 228 532 * Capital Social – 1.497.000,00 €
Matriculada na C.R.C. de Vila Nova de Foz Côa sob o n.º 65
Sociedade em Liquidação

RELATÓRIO DE GESTÃO DA COMISSÃO LIQUIDATÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016

EXMOS SENHORES ACIONISTAS,

Através do presente Relatório, vem a Comissão de Liquidatária, informar os senhores acionistas, sobre a evolução do processo de liquidação encetado com a tomada de decisão de dissolução, e em cumprimento do artº155 do CSC.

Na sequência da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Foz Coa, de dissolução da Empresa, por força do disposto no nº1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na Assembleia Geral extraordinária, convocada para o efeito, o representante do Município de Vila Nova de Foz Coa, em cumprimento daquela deliberação, e na qualidade de acionista maioritário, propôs e foi aprovada a dissolução da empresa.

Assim, os documentos de prestação de contas que agora se apresentam, foram elaborados na ótica da liquidação, nos termos e condições definidos no código das sociedades comerciais.

Assim, em cumprimento do estipulado no artº 66º e do artº 155 do CSC, o presente relatório é adaptado às circunstâncias da entrada em liquidação da empresa.

1 – Apreciação Global da Atividade

A atividade da empresa cinge-se à gestão da participação na gestão da participada Ribeira da Teja – Produção de Energia Elétrica, E.M. Lda. Com o objetivo de obter meios financeiros suficientes que permitam pagar o passivo e na procura da alienação de outros ativos com vista à mesma finalidade.

EM LIQUIDAÇÃO

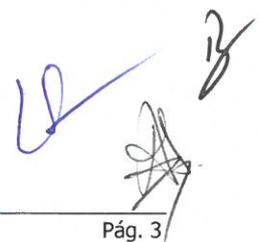
Neste período que decorre desde a data da dissolução 25-07-2016 até 31 de Dezembro de 2016, e apos a aprovação pelos senhores acionista, do Balanço à data da Dissolução, procurou-se alienar os ativos tangíveis, para pagar o passivo, atos que no entanto foram infrutíferos.

Neste período foi ainda ajustada a parte que a empresa tem nos resultados obtidos pela Ribeira da Teja – Produção de Energia Elétrica, E.M. Lda., de forma a dar uma posição mais apropriada do que se espera vir a receber por este tipo de ativos.

Espera-se que após a distribuição de lucros proposto pela gerência da Ribeira da Teja, se amortize parte do passivo titulado em nome do município, no âmbito deste processo de liquidação.

Chamamos a atenção para o fato de que a elaboração da prestação de contas, no pressuposto da liquidação, reconhecer que os ativos têm que ficar disponíveis para venda de forma a pagar os passivos, pelo que o balanço apresentado só compreende ativos correntes, que incluem, um terreno (estalagem), uma casa na rua da Fraga, uma obra de arte (Dina Aguiar), conforme descrito no ponto 6 do Anexo, ações da CCAM de S. João da Pesqueira e a participação de 56% na Ribeira da Teja – Produção de Energia Elétrica, E.M. Lda. que foi mensurada, até 31-12-2016, pelo método de equivalência patrimonial, e ainda um empréstimo que a Ribeira da Teja tem registado como as prestações suplementares, conforme descrito nos pontos 5.3 e 8 do anexo. O ativo corrente incluiu ainda débitos de terceiros e disponibilidades.

O passivo corrente passou a refletir as prestações acessórias entregues pelo município de Vila Nova de Foz Coa, que passaram a ser exigíveis no atual contexto.



EM LIQUIDAÇÃO

2 - Evolução Previsível do processo de liquidação

Face ao atual contexto, a empresa está em liquidação, pelo que a atividade a ser exercida pelos liquidatários consistirá no esforço de gerar disponibilidades com a alienação dos ativos para solver o passivo até à sua extinção.

3 - Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional da Segurança Social

Os liquidatários têm cumprido com as obrigações da sociedade, pelo que esta não tem em mora qualquer dívida à Administração Tributária, nem ao Centro Regional da Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

4 - Proposta de Aplicação de Resultados

Os membros do Conselho de Administração, agora na condição de liquidatários, propõem que o resultado líquido, que foi de € 902.958,72 (novecentos e dois mil novecentos e cinquenta e oito euros e setenta e dois cêntimos), seja transferido para a conta de resultados transitados.

Vila Nova de Foz Côa, 27 Fevereiro de 2017

A COMISSÃO LIQUIDATÁRIA



GUSTAVO DE SOUSA DUARTE



ANDREIA MERÍCIA POLIDO DE ALMEIDA



PAULO JORGE DA SILVA PINTO

EM LIQUIDAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

PERÍODO 2016

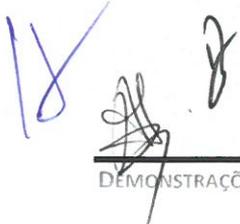
EM LIQUIDAÇÃO
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
O período findo em 25-07-2016 corresponde ao momento da dissolução

Unidade monetária: Cêntimo de Euro netária: Cêntimo de Euro

RUBRICAS	Notas	Período		
		31-12-2016	25-07-2016	31-12-2015
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	3,20	-	-	252.613,76
Participações financeiras - MEP	3,30	-	-	1.910.101,48
Investimentos Financeiros	3,30	-	-	746.673,19
		-	-	2.909.388,43
Ativo corrente				
Estado e outros entes públicos	3,6,5	8.096,39	7.076,75	22.275,67
Outros ativos correntes	3,6,5	3.773.940,33	3.874.772,58	-
Caixa e depósitos bancários	3,6,4	18.052,64	23.882,05	14.651,49
		3.800.089,36	3.905.731,38	36.927,16
Total do ativo		3.800.089,36	3.905.731,38	2.946.315,59
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital subscrito	11,00	1.497.000,00	1.497.000,00	1.497.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	5,00	-	-	2.940.958,55
Outras reservas	8,00	32,27	32,27	32,27
Resultados transitados	8,00	613.178,43	613.178,43	701.072,19
Ajustamento/outras variações no capital próprio	8,00	-2.154.592,11	-2.145.932,96	-2.121.491,76
Resultado líquido do período	8,00	902.958,72	997.173,15	-87.893,76
Total do capital próprio		858.577,31	961.450,89	2.929.677,49
PASSIVO				
Passivo corrente				
Fornecedores	8,00	503,50	503,50	503,50
Estado e outros entes públicos	8,00	50,00	2.818,44	2.619,10
Financiamentos obtidos	5,80	2.940.958,55	2.940.958,55	-
Outros passivos correntes	8,00	-	-	13.515,50
		2.941.512,05	2.944.280,49	16.638,10
Total do passivo		2.941.512,05	2.944.280,49	16.638,10
Total do capital próprio e do passivo		3.800.089,36	3.905.731,38	2.946.315,59

Comissão Liquidatária

Contabilista Certificado




EM LIQUIDAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

O período findo em 25-07-2016 corresponde ao momento da dissolução

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Unidade monetária: Cêntimo de Euro ia: Cêntimo de Euro		
		Período		
		31-12-2016	25-07-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados	3,4,6	72.000,00	72.000,00	-
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas	3,5,	898.526,90	990.700,00	25.940,25
Fornecimentos e serviços externos	10,00	-7.169,83	-4.880,33	-6.986,23
Gastos com pessoal	9,00	-72.468,30	-72.457,23	-103.573,43
Outros rendimentos	10,00	14.185,30	13.517,43	583,49
Outros gastos	10,00	-1.240,70	-832,07	-2.358,40
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		903.833,37	998.047,80	-86.394,32
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,00	-874,65	-874,65	-1.499,44
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		902.958,72	997.173,15	-87.893,76
Resultado antes de impostos		902.958,72	997.173,15	-87.893,76
Resultado líquido do período		902.958,72	997.173,15	-87.893,76

Comissão Liquidatária

Contabilista Certificado

EM LIQUIDAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE

A FOZCÔAINVEST – Energia, Turismo e Serviços, E.M., Sociedade em Liquidação, contribuinte nº 503 228 532 com sede na Avenida Cidade Nova, nº 2, 5150-556 VILA NOVA DE FOZ CÔA, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Foz Côa com o código de atividade económica CAE 35111 - produção de energia elétrica de origem hídrica.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1- REFERENCIAL CONTABILÍSTICO ADOTADO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas na ótica da liquidação, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF - PE), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF – PE) (Aviso n.º 8257/2015, e 29 de julho).

2.2- Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas

2.3- As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2016 incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da

**EM LIQUIDAÇÃO**

publicação do Sistema de Normalização Contabilística, bem como refletem o afastamento do pressuposto da continuidade

ASSIM TODO ATIVO REFLETE A SUA DISPONIBILIDADE PARA VENDA E TODO O PASSIVO É EXIGÍVEL NO CURTO PRAZO

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 - BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da liquidação, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro aplicáveis, com o objetivo de proporcionar aos seus utentes uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho (resultados).

3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DETIDOS PARA VENDA

Os ativos fixos tangíveis compreendiam:

Uma construção valorizada ao custo de aquisição e deduzida de depreciações com o valor líquido de 65.307,74€;

Um terreno com o custo de aquisição e respetivo valor líquido de 183.937,38€;

Uma obra de Arte não depreciable com o valor líquido de 2.493,99€;

No período referente ao presente relato, estes ativos foram reclassificados como instrumentos financeiros nos termos do ponto 17 da NCRF - PE.

3.3 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos em entidades associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

Os restantes investimentos estão mensurados ao custo.

No período referente ao presente relato, estes ativos foram reclassificados como instrumentos financeiros nos termos do ponto 17. 7 da NCRF PE.

3.4 RÉDITO

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

3.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se reconhecidos e mensurados de acordo com os seguintes critérios descritos no ponto 17 da NCRF-PE.

3.6.1 CLIENTES E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS E INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

A entidade valoriza as contas de clientes e outras dívidas de terceiros ao custo menos perda por imparidade.

Os investimentos em subsidiárias estão valorizados ao MEP conforme NCRF 13 nos termos do ponto 17.7 da NCRF-PE.

3.6.2 FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

A entidade valoriza as contas de fornecedores e outras dívidas a terceiros ao custo.

3.6.3 EMPRÉSTIMOS

A entidade valoriza as contas de empréstimos ao custo.

3.6.4 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

3.7 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.



EM LIQUIDAÇÃO

4. FLUXOS DE CAIXA

Saldos de caixa e equivalentes

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTADA DO PERÍODO				
	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	32,35	217,65	217,34	32,66
Depósitos à ordem	1.290,62	102.767,22	86.037,86	18.019,98
Outros Depósitos bancários	13.328,52		13.328,52	0,00
Total de Caixa e depósitos bancários	14.651,49	102.984,87	99.583,72	18.052,64

Observações complementares

Os valores de caixa correspondem a dinheiro existente.

Os depósitos à ordem correspondem à soma dos valores disponíveis de imediato nos bancos.

5. POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

Nesta prestação de contas, que corresponde à decisão de dissolução que irá iniciar o período de liquidação com a duração máxima de dois anos, passou a reconhecer-se:

- 1- o saldo de instrumentos de capital próprio, no valor de 2.940.958,55€, como passivo, em resultado do fato de aquele saldo passar a ser exigível, reconhecimento feito de acordo com NCRF 27;
- 2- Os ativos fixos tangíveis, no valor de 251.739,11€ como ativos não correntes detidos para venda, reconhecimento feito de acordo com o ponto 17 da NCRF-PE;

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
DESCRIÇÃO		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outros AFT	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	202.642,30	74.971,67	2.493,99	280.107,96
2	Depreciações acumuladas iniciais		27.494,20		27.494,20
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais				
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	202.642,30	47.477,47	2.493,99	252.613,76
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		-874,65		-874,65
5.1	Total das adições				
5.2	Total das diminuições		874,65		874,65
Dimit	Depreciações		874,65		874,65
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	202.642,30	46.602,82	2.493,99	251.739,11

Dado que estes ativos, com a decisão de dissolução, passam a estar disponíveis para venda, a sua apresentação no Balanço, é descrita como ativos não correntes detidos para venda, com o valor de 251.739,11€ e reconhecimento feito de acordo com NCRF-PE

EM LIQUIDAÇÃO

- 3- Os investimentos financeiros, no valor de 3.522.201,22€, como ativos financeiros detidos para negociação, de acordo com o parágrafo 48 da NCRF 13 e reconhecimento feito de acordo com o ponto 17.7 da NCRF-PE.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS VERSOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Investimento na Ribeira da Teja EM, Lda.

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS NO PERÍODO DO INTERESSE NO EMPREENDIMENTO CONJUNTO		
Descrição		Valor
1	Quantia bruta escriturada inicial	1.910.101,48
3	Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos	746.393,19
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 + 3)	2.656.494,67
5	Movimentos do período: (5.1 + 5.2 + 5.3 - 5.4 + 5.5 + 5.6 - 5.7 - 5.8 - 5.9 + 5.10 + 5.11)	865.426,55
5.3	Parte do investidor nos resultados da investida	898.526,90
5.5	Alterações nos capitais próprios da investida não reconhecidas em resultados	-33.100,35
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	3.521.921,22

Outros investimentos:

Participação mensurada ao custo na CCAM S. João da Pesqueira – 280€.

Garantias

A quota que a sociedade possui na Ribeira da Teja, EM, Lda, está onerada à Caixa Geral de Depósitos, como garantia do empréstimo que financiou a construção da Barragem do Catapereiro.

Dado que estes ativos, com a decisão de dissolução, passam a estar disponíveis para venda, a sua apresentação no Balanço, é descrita como ativos financeiros detidos para negociação, de acordo com o parágrafo 48 da NCRF 13 e reconhecimento feito de acordo com NCRF-PE.

6. RÉDITO
Enquadramento da política

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida.

Movimentos ocorridos

Rubricas	2016	2015
Réditos reconhecidos no período:		
Prestação de Serviços	72.000,00	
Juros	0,25	583,48

EM LIQUIDAÇÃO

7. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%, que não será incrementada pela Derrama, dado que o Município não lançou qualquer percentagem para o exercício de 2016.

Não é reconhecido qualquer movimento de IRC, pelo fato da estimativa de matéria coletável ser nesta data negativa.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, com exceção das participações financeiras, relativos a ativos financeiros e a passivos financeiros estão registados com ao custo.

A sua discriminação está adequadamente apresentada no Balanço e a sua discriminação é a seguinte:

INFORMAÇÃO RELATIVA A ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	
DESCRIÇÃO	Mensurados ao justo valor através de resultados
Activos Financeiros:	
Activos financeiros detidos para negociação	
Dos quais: Acções e quotas incluídas na conta "1421"	3.522.201,22

Descrição	2016	2015
	Corrente	Corrente
Activos:		
Passivos:		
Fornecedores	503,50	503,50
Outras contas a pagar		13.515,50
Total do Passivo	503,50	14.019,00



EM LIQUIDAÇÃO

Descrição	2016	2015
	Corrente	Corrente
Estado e outros entes públicos		
Activos		
Imposto sobre o rendimento	7.165,92	6.284,86
Imposto sobre o valor acrescentado	930,47	15.990,81
Total	8.096,39	22.275,67
Passivos		
Retenção de impostos sobre rendimentos	50,00	562,00
Contribuições para a segurança social		2.051,59
Fundos de compensação do trabalho		5,41
Total	50,00	2.619,00

Descrição	2016	2015
	Corrente	Corrente
Financiamentos obtidos		
Participantes de capital	2.940.958,55	

Descrição	2016	2015
	Capital Próprio	
Capital	1.497.000,00	1.497.000,00
Acções (quotas) próprias		
Outros instrumentos de capital próprio		2.940.958,55
Prémios de emissão		
Reservas legais		
Outras reservas	32,27	32,27
Resultados transitados	613.178,43	701.072,19
Ajustamentos em activos financeiros	-2.154.592,11	-2.121.491,76
Excedentes de valorização		
Outras variações no capital próprio		
Resultado líquido do exercício	902.958,72	-87.893,76
Total	858.577,31	2.929.677,49

EM LIQUIDAÇÃO
9. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS

A partir do dia 31 de Julho de 2016 a empresa deixou de ter funcionários que foram absorvidos pelo Município de V. N. Foz Coa.

No entanto no período decorrido entre o início do ano e o mês de Julho, o valor total de encargos suportados com o pessoal foi de 72.468,30 €.

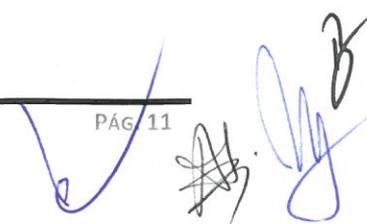
GASTOS COM O PESSOAL	
Descrição	Valor
Gastos com o pessoal	72.468,30
Remunerações do pessoal	57.340,01
Encargos sobre remunerações	12.658,25
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.327,92
Outros gastos com pessoal	1.142,12

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

Fornecimentos e serviços externos	2016	2015
Subcontratos		
Serviços especializados	6.718,98	6.714,38
Trabalhos especializados	3.970,20	4.005,10
Honorários	2.400,00	2.400,00
Outros	348,78	309,28
Materiais	12,84	27,23
Ferramentas e utensílios de desgates rápido		7,07
Material de escritório	12,84	20,16
Serviços diversos	438,01	244,62
Comunicação	104,01	89,62
Contencioso e notariado	334,00	105,00
Limpeza, higiene e conforto		50,00
Outros serviços		
Total	7.169,83	6.986,23

Outros Rendimentos e Ganhos	2016	2015
Outros não especificados	14.185,05	0,01
De depósitos	0,25	107,72
De financiamentos concedidos a subsidiárias	0,00	475,76
Total	14.185,30	583,49

Outros Gastos e Perdas	2016	2015
Impostos	1.239,85	1.238,27
Outros não especificados	0,85	1.120,13
Total	1.240,70	2.358,40



EM LIQUIDAÇÃO

11. PARTES RELACIONADAS:

RELACIONAMENTOS COM EMPRESAS-MÃE	
É empresa-mãe?	Sim
Se SIM, consolida contas?	Não
Se respondeu NÃO, identifique a empresa-mãe imediata:	
NIF	506 829 197
Denominação	Município de Vila Nova de Foz Côa
Sede (Código do País)	PT Vila Nova de Foz Coa
A empresa-mãe imediata é a controladora final?	Sim
Tranmissões para o Município	72.000,00 €
Transmissões do município	
Saldos em aberto	

ENTIDADES QUE PARTICIPAM NO CAPITAL DA EMPRESA DECLARANTE						
NIF	506 829 197	500 850 640	501 182 870	500 008 868	500 008 450	500 008 884
Denominação	Município de Vila Nova de Foz Côa	Misericórdia de V N Foz Coa	Assoc Huma Bombeiros V N	Adega Coop Vale da Teja	Adega Coop Freixo N	Adega Coop V N F
Sede (Código do País)	PT Vila Nova de Foz Coa	PT Vila Nova de Foz Coa	PT Vila Nova de Foz Coa	PT Vila Nova de Foz Coa	PT Vila Nova de Foz Coa	PT Vila Nova de Foz Coa
Participação imediata no capital social - valor	1.382.080,30	59.880,00	37.425,00	13.473,00	2.644,70	1.497,00
Participação imediata no capital social - %	92,32%	4,00%	2,50%	0,90%	0,18%	0,10%
Participação de direitos de voto - %	92,32%	4,00%	2,50%	0,90%	0,18%	0,10%
Data de início da participação no capital da empresa	1994-05-17	1994-05-17	1994-05-17	1994-05-17	1994-05-17	1994-05-17

PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES	
NIF	500 900 159
Denominação	CCAM S. João da POesqueira
Sede (Código do País)	PT S. J. Pesqueira
Participação imediata no capital social - %	
Participação de direitos de voto - %	

ENTIDADES EM QUE A EMPRESA DECLARANTE PARTICIPA	
NIF	504 609 637
Denominação	Ribeira da Teja, E.M. Lda
Sede (Código do País)	PT Vila Nova de Foz Côa
Capital próprio	6.289.145,04 €
Resultado líquido	1.604.512,33 €
Participação imediata no capital social - valor	1.400.000,00 €
Participação imediata no capital social - %	56,00%
Participação de direitos de voto - %	56,00%
Data de início da participação no capital da empresa	1-fev-99

**EM LIQUIDAÇÃO****12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO****AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Comissão liquidatária no dia 27 de Fevereiro de 2017. No entanto, os acionistas poderão, em Assembleia Geral, não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DE CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO:

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

13. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Comissão Liquidatária informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

14. A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A proposta de aplicação de resultados da Comissão liquidatária é de que os resultados líquidos fiquem em resultados transitados.

15. TERMO DE RESPONSABILIDADE

A Comissão liquidatária e o Contabilista Certificado, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2016, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Empresa, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Empresa, no âmbito do SNC/NCRF - PE,

**EM LIQUIDAÇÃO**

seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Vila Nova de Foz Coa, 27 de Fevereiro de 2017.

A Administração

Gustavo de Sousa Duarte

O Contabilista Certificado

Joaquim António Mendes Pereira

Andreia Merícia Polido de Almeida

Paulo Jorge da Silva Pinto

EM LIQUIDAÇÃO

OUTROS DOCUMENTOS

EM LIQUIDAÇÃO

SITUAÇÃO DO CAPITAL

1 ACÇÃO = 4,99 Euros

Accionistas	Capital: 49.900,00 17-mai-94				Capital: 49.900,00 + 399.200,00 = 449.100,00 1º Aumento de Capital - 30-Mai-96				Capital: 449.100,00 + 1.047.900,00 = 1.497.000,00 2º Aumento de Capital - 19-Dez-02				Votos
	Nominativa	Portador	Total	%	Nominativa	Portador	Total	%	Nominativa	Portador	Total	%	
Câmara Municipal de V. N. Foz Côa	€ 29.940,00	€ 12.475,00	€ 42.415,00	85,00%	€ 58.233,30	€ 299.400,00	€ 400.048,30	89,08%	€ 982.032,00	€ 0,00	€ 1.382.080,30	92,32%	2.769
Sª Casa da Misericórdia de V. N. Foz Côa	€ 1.497,00	€ 0,00	€ 1.497,00	3,00%	€ 16.467,00	€ 0,00	€ 17.964,00	4,00%	€ 41.916,00	€ 0,00	€ 59.880,00	4,00%	120
Ass. Hum. dos Bombeiros Vol. V. N. Foz Côa	€ 1.497,00	€ 0,00	€ 1.497,00	3,00%	€ 11.976,00	€ 0,00	€ 13.473,00	3,00%	€ 23.952,00	€ 0,00	€ 37.425,00	2,50%	75
Adega Cooperativa do Vale da Teja	€ 1.497,00	€ 0,00	€ 1.497,00	3,00%	€ 11.976,00	€ 0,00	€ 13.473,00	3,00%	€ 0,00	€ 0,00	€ 13.473,00	0,90%	27
Adega Cooperativa de Freixo de Numão	€ 1.497,00	€ 0,00	€ 1.497,00	3,00%	€ 1.147,70	€ 0,00	€ 2.644,70	0,59%	€ 0,00	€ 0,00	€ 2.644,70	0,18%	5
Adega Cooperativa de V. N. Foz Côa	€ 1.497,00	€ 0,00	€ 1.497,00	3,00%	€ 0,00	€ 0,00	€ 1.497,00	0,33%	€ 0,00	€ 0,00	€ 1.497,00	0,10%	3
	€ 37.425,00	€ 12.475,00	€ 49.900,00	100%	€ 99.800,00	€ 299.400,00	€ 449.100,00	100%	€ 1.047.900,00	€ 0,00	€ 1.497.000,00	100%	2.999

EM LIQUIDAÇÃO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



13
J

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fozcoainvest – Energia, Turismo e Serviços, E. M.** que compreendem o balanço em **31 de Dezembro de 2016** (que evidencia um total de **3.800.089** euros e um total de capital próprio de **858.577** euros, incluindo um resultado líquido de **902.959** euros), a demonstração dos resultados por naturezas, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Tal como referido nas notas 2 e 3 anexas às demonstrações financeiras, e no Relatório de Gestão, a Entidade preparou as demonstrações financeiras no **pressuposto da liquidação**, em cumprimento da deliberação de dissolução da empresa, tomada em Assembleia geral de acionistas, convocada para o efeito, e realizada em 25 de Julho de 2016

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização contabilística;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas



conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lamego, 10 de Março de 2017

Em representação de Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda

Jose Alberto Figueira da Fonseca Lima, ROC n° 1075

EM LIQUIDAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ex^{mos}. Accionistas de
FOZCÔAINVEST – ENERGIA, TURISMO E SERVIÇOS E.M.

Introdução

1. No cumprimento da lei, e dos estatutos da sociedade FOZCÔAINVEST – **ENERGIA, TURISMO E SERVIÇOS E.M** vem o Fiscal Único apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora, referente período decorrido desde 25 de Julho de 2016, data da dissolução, até 31 de Dezembro de 2016, tendo presente a Certificação Legal das Contas emitida, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

Relatório

2. O Fiscal Único exerceu as suas atribuições no cumprimento do mandato para que foi conferido e no âmbito das competências e deveres consignados nos artºs 420 e 422 do CSC e do artº 23º dos estatutos da sociedade, tendo entre outros procedido:
3. à fiscalização da Comissão Liquidatária da empresa
4. à vigilância do cumprimento da Lei e dos Estatutos
5. à verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como a verificação dos valores patrimoniais da empresa
6. à verificação da exactidão do balanço, demonstração de resultados por natureza, do Anexo, da relação das participações no capital da sociedade, elaborados à data da dissolução.

Parecer

Em consequência da ação fiscalizadora:

7. Os actos da Administração do nosso conhecimento, enquadram-se no objecto da empresa e respeitam o cumprimento da lei e dos estatutos.
8. A contabilidade bem como os documentos de prestação de contas foram processados e elaborados de acordo com a lei e os estatutos.
9. O relatório da Comissão Liquidatária satisfaz os requisitos exigidos por lei.
10. Face ao que ficou dito na Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:
 - a) Podem discutir e deliberar sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, e Anexo, respeitantes período decorrido desde 25 de Julho de 2016, data da dissolução e o dia 31 de Dezembro de 2016 e decidir sobre proposta de movimentação dos resultados do Comissão Liquidatária;

Lamego, 10 de Março de 2017

O FISCAL ÚNICO



A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

Dr. José Alberto Lima, R.O.C. n.º 1075